



ATA DE REUNIÃO

**Comitê de Governança de Tecnologia da
Informação e Comunicação – CGTIC/TJES**

Nº: 011/2016

Data: 23/09/2016

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
23/09/2016	16:00 h		Sala de Reuniões da Presidência

2. Participantes

Nome	Designação/Órgão
Fernando Estevam Bravim Ruy	Desembargador
Janete Vargas Simões	Desembargadora
Luiz Cláudio Allemand	Juiz de Direito Conselheiro do CNJ
Anselmo Laghi Laranja	Juiz de Direito Assessor Especial da Presidência
Felippe Monteiro Morgado Horta	Juiz de Direito
Leonardo Alvarenga da Fonseca	Juiz de Direito
Gustavo Marçal da Silva e Silva	Juiz de Direito
Marcelo Albuquerque	Secretário Geral
Christine Rossi	Secretária de Tecnologia da Informação
Fabio Cardoso Mello	Secretário de Finanças e Execução Orçamentária
Alamir Costa Louro	Coordenador de Desenvolvimento
Carlos Vinícius de Arimatea	Coordenador de Suporte e Manutenção
Ana Lucia Brunoro	Assessora
Willian Liphous Almeida	Técnico Judiciário

3. Pauta



Descrição

1. Processo Judicial Eletrônico – PJE
2. Compensação de horas dos servidores dedicados à implantação do PJE
3. Reforço de servidores na área administrativa da STI
4. Comitê Gestor de Segurança da Informação
5. ERP
6. Ampliação do escopo do PJE
7. Sobrecarga de trabalho na Coordenadoria de Desenvolvimento

4. Deliberações

Descrição

4. Deliberações

Descrição

1. Processo Judicial Eletrônico – PJE

O Dr. Anselmo informou que há um entrave no PJE que pode ser superado com uma diretriz mais forte traçada por este Comitê de Governança, no sentido de haver uma maior inserção dos gestores da Secretaria de Tecnologia da Informação, considerando que o PJE é um assunto muito prioritário do Tribunal de Justiça. Essa maior inserção, da Secretária de Tecnologia da Informação, do Coordenador de Desenvolvimento e do Coordenador de Suporte e Manutenção, tem por objetivo a obtenção das respostas necessárias ao desenvolvimento do PJE de forma que o projeto não fique na dependência de técnicos exclusivos, evitando assim atrasos.

Dr. Anselmo solicitou um registro formal de agradecimento da Administração ao Conselheiro Luiz Cláudio Allemand pelo apoio que ele tem dado ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo na obtenção de respostas junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal acerca de dúvidas sobre o PJE que perduraram por muitos dias.

Aproveitando a presença da Desembargadora Janete e do Conselheiro Allemand na reunião, o



Desembargador Bravin colocou em votação o ponto que trata da inclusão do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo na tecnologia de computação em nuvem para o PJe disponibilizada pelo CNJ.

O Desembargador Bravin destacou a fala da Ministra Nancy Andrighi, Corregedora Nacional de Justiça, sobre a importância do PJe e a facilidade de utilização do datacenter do CNJ. A ministra, ao referir-se à infraestrutura disponibilizada, disse que “tudo que o Espírito Santo precisa está no CNJ. O programa é instalado pelo CNJ com a cessão de funcionários especializados”.

Na sequência, o Desembargador Bravin fez a leitura do parecer técnico da Secretária de Tecnologia da Informação sobre o assunto: “Considerando o uso da computação em nuvem visa otimizar custos, e ainda, a facilitação que essa tecnologia pode proporcionar ao TJES, requer que seja o Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo incluído em tal projeto com a pactuação de Termo de Cooperação Técnica para implementação do PJe através da computação em nuvem.” Posto em votação, foi o ponto aprovado pelos membros do Comitê presentes.

2. Compensação de horas dos servidores dedicados à implantação do PJe

Dr. Anselmo informou que tomou conhecimento de haver na equipe do PJe um banco de horas e estar havendo compensação. O Desembargador Bravin atestou a dificuldade de marcação de horário em comum com a equipe devido a essa compensação de horas. Considerando o exposto, o Comitê deliberou pela suspensão dessas compensações e destacou que essas horas no momento são inoportunas em decorrência da prioridade que temos que dar à implantação do PJe como uma diretriz do Conselho Nacional de Justiça e como política ela foi definida por nós como estratégica. Ademais solicitou que os gestores da STI levantassem todas as informações inerentes às justificativas, anotações, autorizações relativas a essas compensações.

Christine informou não possui o lastro histórico, mas que consegue solicitar a Secretaria de Gestão de Pessoas levante quem do PJe está nessa situação.

3. Reforço de servidores na área administrativa da STI

Christine apresentou os servidores Ana Brunoro e Willian que estão reforçando a equipe da STI. A Ana está auxiliando na área administrativa, licitação e contratos. O Willian está, temporariamente, cedido à STI para atuar como integrante administrativo da equipe de planejamento de contratação



do ERP.

Christine também informou que o projeto de Service Desk saiu da Assessoria Jurídica e está indo para a Secretaria Geral e na próxima semana deve iniciar a fase externa da licitação. É o primeiro grande projeto com a participação da Ana Brunoro.

4. Comitê Gestor de Segurança da Informação

Foi deliberado e aprovada a nova constituição do Comitê Gestor de Segurança da Informação, permanecendo o Juiz Assessor da Presidência, o Juiz Auxiliar Corregedor, os Secretários, além do Assessor de Segurança Institucional. Também aprovada a proposição de subordinação do Comitê Gestor de segurança da Informação não mais a Presidência e sim ao Comitê de Governança da Tecnologia da Informação.

5. ERP

A Sra. Christine realizou uma breve exposição de contextualização do ERP, informando que esse sistema surgiu, inicialmente, para controlar processos fabris e, com o passar do tempo, também foi aplicado para a área administrativa. Na sequência, apresentou as diferenças entre ERP e os sistemas isolados e integrados.

Continuando a exposição, a Secretária de Tecnologia da Informação informou que o ERP é um software único, sendo que as informações vão sendo complementadas como uma linha de produção de informação. Uma informação de um setor é complementada pelos demais, inexistindo ilhas. A Secretária informou que o ERP envolve uma mudança cultural porque a organização deixa de trabalhar setorialmente para trabalhar cooperativamente. Há também o risco de uma informação errada repercutir em outras áreas porque a informação é compartilhada. Por exemplo, uma informação errada na folha de pagamento pode repercutir na área financeira.

Dr. Anselmo informou que a contratação de um sistema ERP demanda o planejamento de uma licitação complexa, de um solução que não é barata e nem imediata porque a implantação pressupõe um amadurecimento cultural muito grande a fim de que nossas rotinas sejam adaptadas ao ERP ao invés do contrário, ou seja, de a empresa contratada ter que se adaptar às nossa realidade.

Dr. Anselmo informou que atualmente o Poder Judiciário trabalha com planilhas de Excel, sendo as



8

informações guardadas de forma precária e dificultando a obtenção de informações rápidas e seguras. Relatou também que houve tratativas com o Poder Executivo, através da PRODEST, para utilização do sistema de gestão pessoas, porém a solução também é cara e não abrange as demais áreas administrativas, além de colocar o Poder Judiciário numa fila de atendimento onde o executivo é sempre priorizado e incertezas inerentes ao Poder Público como greve de servidores, por exemplo.

O Secretário Geral, Dr. Marcelo, fez um registro informando que encampa o raciocínio e manifestação do Dr. Anselmo, acrescentando que a necessidade de um sistema informatizado eficaz está alinhado com o planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Christine informou que o trabalho de planejamento de contratação de um ERP é longo e a implantação também, propondo um prazo de implantação de 02 anos com priorização para o processo de gestão de pessoas e gestão patrimonial. Ela também informou que o planejamento está sendo feito pela equipe de contratação com expectativa de conclusão dos documentos de contratação até 07/12/2016.

Christine informou que a apresentação com a exposição de motivos sobre o sistema ERP será anexado a esta ata, e os demais documentos de planejamento de contratação, inclusive a presente ata, constarão no processo administrativo de contratação.

O Desembargador Bravim colocou o assunto em discussão e votação e o Comitê de Governança decidiu no sentido de autorizar a continuidade dos estudos e tratativas referentes à contratação do ERP.

6. Ampliação do escopo do PJE

Christine informou que, por determinação da Ministra Nancy Andrichi, foi ampliado o escopo do PJE para incluir a 13ª Vara de Falência e Recuperação Judicial de Vitória. Sobre esse assunto, Christine informou também que precisa da indicação de um servidor para configurar os documentos e algumas notificações que são necessárias. Destacou que o escopo adicional é a configuração de fluxo e efetiva implantação do PJE, e que os processos precisarão ser recadastrados e digitalizados pela referida vara.

9

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



7. Sobrecarga de trabalho na Coordenadoria de Desenvolvimento

O Sr. Almir informou que a Coordenadoria de Desenvolvimento encontra-se sobrecarregada e sem condições plenas de suprir novas demandas de desenvolvimento de sistemas, tendo em vista a perda de muitos servidores.

Ele disse que a coordenadoria de desenvolvimento tem 45 sistemas e 15 servidores, sendo que, a título de exemplo, há servidor que eventualmente toma conta de 10 sistemas, o que representa um risco muito grande para a Administração. Continuando, Almir informou que estabeleceu 14 frentes de trabalho, para exemplificar, dentre elas uma frente administrativa que está tocando, ao mesmo tempo, a migração da folha do IPAJM e o termo de referência do ERP.

Almir ressaltou que a situação de sobrecarga é grave, reconhecendo o empenho da Administração em buscar novos recursos humanos, porém enquanto essas pessoas não chegarem ele tem receio de não evoluir os sistemas e também não conseguir dar o suporte para alguns sistemas.

Dentre os riscos para a Administração, de forma apenas exemplificativa, Almir citou a possibilidade de uma conta errada no sistema de folha de pagamento, tendo em vista que o servidor que está atuando no momento nunca trabalhou nesse sistema, que é de uma tecnologia da década de 70.

Outro caso impactante é descrito por Almir, são atividades concorrentes de um único profissional: o apoio aos trabalhos do patrimônio, parte do cronograma do RH, apoio à folha de pagamento e a implantação do sistema SEI, além de dar suporte a outros sistemas (Designações de Magistrados e sistema de Estagiários). Em consequência disso, ele prevê que o SEI não evolua tão rápido quanto a expectativa da Alta Administração.

Almir informou que com a saída dos chefes de seção, ele precisou ficar muito no operacional, com tendência de ficar cada vez mais. Citou como exemplo que tinha duas pessoas no desenvolvimento/suporte do EJUD: um foi embora devido a concurso público e a outra que atua no suporte está há duas semanas adoentada. Almir alertou que o EJUD responde por 70% dos processos do Judiciário e está sendo tocado por estagiários com apoio dele. Essas são situações do dia a dia que tomam todo o tempo do Coordenador.

O Desembargador Bravim ressaltou a necessidade, maturidade e relevância das informações relatadas pelo Almir sobre o estrangulamento da Coordenadoria de Desenvolvimento. Informou também que no dia de hoje foi assinada uma autorização para a entrada de seis técnicos do



BANESTES para reforçar a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação.

O Desembargador Bravim informou também que um dos pontos que hoje se discute no mais alto grau dentro deste Tribunal e no Estado do Espírito Santo é o termo de ajustamento de conduta/gestão. Dentre os pontos em discussão está a contratação de técnicos de TI. Entende não ser possível para o Comitê de Governança escolher qual projeto ou suporte parar para suprir a demanda do Ejud ou outra que virá a acontecer.

O Desembargador Bravim abriu o assunto para discussão.

O Secretário Geral, Dr. Marcelo, sugere que, tendo em vista a situação pela qual passa a STI, a possibilidade de a Coordenadoria de Desenvolvimento submeter as grandes demandas para apreciação do Comitê de Governança, que funcionaria como um filtro. O Desembargador Bravim informou que no caso de demandas pontuais e de alto impacto sim, porém não de forma generalizada.

Alamir informou que tem uma necessidade de desenvolvimento muito antiga relacionada aos algoritmos de (re)distribuição, tanto do primeiro grau quanto do segundo grau. Os sistemas foram mal feitos, são muito complexos (milhares de linhas) e foram desenvolvidos por empresa terceirizada. Desde 2014, há um processo formalização para se refazer esses dois algoritmos, porém a demanda foi postergada para priorizar o projeto de taxionomia. Após o término do projeto de taxionomia em 2016, atualmente a falta de recursos humanos da Coordenação inviabiliza o desenvolvimento dos referidos algoritmos de distribuição, essa é uma questão cujos detalhes precisam ser pormenorizados pela Alta Administração.

Dr. Marcelo questionou se essa demanda não poderia ser terceirizada. Alamir informou que a prioridade é a implantação do ERP e, nesse momento, somente consegue enxergar o desenvolvimento dos algoritmos de distribuição pela equipe interna de TI porque trata-se da alma da distribuição do Poder Judiciário e não temos o necessário conhecimento para responder sobre o funcionamento (regras de negócio) desses algoritmos. Alamir informou que vai passar todas as informações referentes ao processo para o Comitê de Governança, pedindo que o Comitê corrobore a inviabilidade de desenvolvimento desse sistema no momento.



5. Aprovação

Nome	Assinatura
Fernando Estevam Bravin Ruy	
Anselmo Laghi Laranja	
Leonardo Alvarenga da Fonseca	
Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon	
Felippe Monteiro Morgado Horta	
Thiago Vargas Cardoso	
Gustavo Marçal Da Silva e Silva	
Marcelo Tavares De Albuquerque	
Christine Rossi	
Fabio Cardoso Mello	
Cintia Varejão Ribeiro de Freitas	
Carlos Vinicius Arimatea	
Alamir Costa Louro	